

## BANCO DO BRASIL: A META DEVE SER O RESPEITO

**N**os últimos meses, a alta direção do Banco do Brasil tem dado sinais preocupantes sobre o rumo da instituição. A gestão parece ter adotado uma lógica de mercado que transforma o ambiente de trabalho em um espaço de cobrança incessante, com metas inalcançáveis e práticas que adoecem o funcionalismo.

O corte de vagas de seis horas e a substituição por cargos de oito, sem diálogo com a representação sindical, é mais um reflexo dessa política de pressão e sobrecarga. Ao ampliar jornadas e reduzir direitos, o banco desrespeita sua própria história e os trabalhadores que sustentam os 217 anos da instituição.

**“Na ânsia de satisfazer acionistas, o banco precariza as condições de trabalho e transforma o ambiente interno em um campo de pressão e medo. Metas inatingíveis vindas de áreas como Divar e Diope tratam as pessoas como números descartáveis. Essa lógica destrói o sentido do trabalho bancário e adoecce quem faz o banco funcionar”**

**Fernanda Lopes**

Coordenadora da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB)

### EM DEFESA DO PAPEL PÚBLICO DO BB

A Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB) cobrou, em reunião realizada no dia 6 de outubro, a suspensão imediata do processo de reestruturação em andamento e criticou a ampliação da jornada para oito horas em diversas funções estratégicas. Feitas sem diálogo com as entidades representativas, as mudanças enfraquecem o caráter público do banco e colocam em risco sua função social.

De acordo com Fernanda Lopes, coordenadora da CEBB, “o banco precisa decidir se quer ser um agente de desenvolvimento ou apenas mais uma instituição privada preocupada em gerar lucro

para acionistas”.

A CEBB ressalta que o Banco do Brasil é essencial para o país, pois garante crédito à agricultura familiar, impulsiona políticas públicas e mantém agências em locais onde a iniciativa privada não chega. “Enfraquecer o BB é prejudicar justamente a população que mais precisa do Estado”, destacou Fernanda.

A Comissão reafirma que seguirá mobilizada para defender o banco público, os acordos coletivos e as condições dignas de trabalho. Também voltou a cobrar a realização de concurso público para recompor os quadros e garantir atendimento de qualidade à população.



## MAIS UM GOLPE NOS FUNCIONÁRIOS DO VAREJO

A indignação entre os bancários cresceu após o anúncio de mais uma medida arbitrária do Banco do Brasil: a suspensão do pagamento de substituições nos meses de novembro e dezembro, para todos os funcionários do banco. A decisão desrespeita o esforço diário dos trabalhadores e mostra o descaso da direção com quem mantém o atendimento e as metas da instituição.

Em 2023, os funcionários celebraram o retorno das substituições, uma antiga reivindicação dos trabalhadores. Agora, alegando “controle e racionalização das despesas administrativas do banco”, a direção cancela as substituições nesses dois meses e ainda orienta que os funcionários evitem tirar férias nesse período.

O funcionalismo está indignado. Enquanto alguns poucos são contemplados com prêmios e viagens, muitos outros são preju-

dicados sob a justificativa de contenção de despesas. Quem está todos os dias na linha de frente, atendendo a população que mais precisa e produzindo resultados, é novamente penalizado.

Além disso, o banco vem retirando a ajuda de custo para deslocamento de quem atua nas Plataformas de Suporte Operacional (PSO), inviabilizando a permanência de muitos colegas. “Tem trabalhador que está pagando para trabalhar”, denuncia a coordenadora da CEBB.

A comissão reforça que o Banco do Brasil vem aprofundando a precarização das relações de trabalho, enquanto lucra bilhões. O corte de direitos e o aumento de metas desumanas caminham na contramão da valorização profissional. A mobilização da categoria será fundamental para barrar esses retrocessos e exigir respeito e diálogo.

## O FUTURO DA CASSI DEPENDE DE TODOS NÓS

As transformações recentes no Banco do Brasil impactaram diretamente a Cassi. O processo de reestruturação, principalmente o Performa, acarretaram redução de salários e diminuíram significativamente a entrada de recursos no plano, que é sustentado pelo princípio da solidariedade. O desafio agora é garantir a sustentabilidade sem comprometer o atendimento.

Segundo a coordenadora da CEBB, Fernanda Lopes, “a Cassi é um patrimônio dos funcionários e precisa ser preservada com responsabilidade”. O modelo atual de custeio, que divide as contribuições em 52% do Banco do Brasil e 48% dos associados, é insuficiente. As entidades defendem o retorno ao

formato 70/30, além da garantia do pós-laboral custeado pelo banco para funcionários que ingressaram após 2018 e inclusão dos funcionários oriundos de bancos incorporados.

O banco tem responsabilidade direta com a saúde dos trabalhadores e total condição de reforçar o financiamento dos responsáveis por todo o resultado da instituição: as trabalhadoras e trabalhadores.

A luta pela Cassi é coletiva. É hora de todos os associados se mobilizarem, compreenderem o cenário e pressionarem o banco a assumir seu papel. O futuro da Cassi – e da própria categoria – depende da solidariedade e da união de todos.

